Ata da reunião ordinária nº 1610 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 17 de junho de 2026.

No dia dezessete de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência da Reitora Profª Dra. Andréa Name Colado Simão, com a presença do Vice-Reitor, Prof. Dr. Miguel Belinati Piccirillo e dos seguintes Conselheiros: Laura Taddei Brandini, João Antonio Cyrino Zequi, Alex Eduardo Gallo, Carlos Alberto Hirata, Carlos Eduardo Caldarelli, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Edmilson Lenardão, Patrícia Mendes Pereira, José Fernando Mangili Junior, Orlando Mendes Fogaça Junior, Luiz Alberto Garcia de Freitas, Fábio Lopes, Pedro Mosconi Siqueira, Waldiceu Aparecido Verri Junior, Soraia Martinez Silva Carmo, Marci Batistão, Vera Lúcia Tieko Suguihiro, Amauri Alcindo Alfieri. Convidados: Denise Maria Fank de Almeida, Silvano César da Costa e Celso Luiz Junior. Antes de entrar na Ordem do dia, a Reitora, Profª Dra. Andréa Name deu início à reunião solicitando a atenção dos conselheiros para a nova dinâmica de condução das reuniões, informando que a equipe gestora passará a se posicionar no lado esquerdo da mesa para melhor organização dos trabalhos. Antes de iniciar as apresentações, passou a palavra ao Vice-Reitor, Prof. Dr. Miguel Piccirillo, que reforçou o compromisso com uma gestão institucional unificada, superando divisões eleitorais, e anunciou a intenção de criar calendários de reuniões periódicas com direções de órgãos suplementares e chefes de departamento. Retomando a condução, a Profª Andréa apresentou os membros de sua equipe, detalhando as competências e justificativas para cada escolha: Pró-Reitoria de Planejamento apresentou o Professor Amauri Alfieri, destacando sua trajetória como pesquisador e sua capacidade técnica em comandar grandes projetos, captar recursos e executar planejamentos estratégicos. Pró-Reitoria de Recursos Humanos apresentou a Profª Vera Suguihiro, servidora com 49 anos de universidade, incumbida da missão de implementar uma gestão de pessoas mais humanizada e focar na estruturação de capacitações para os funcionários. Pró-Reitoria de Extensão citou a Profª Adriana Soares (Diretoria de Projetos) e mencionou a ausência justificada da Profª Benedita Assis Ribeiro (Tinha), que cumpria agenda oficial na Unioeste. COPS apresentou o Prof. Celso Luiz Junior, do Departamento de Educação, como o novo responsável pela coordenadoria. Prefeitura do Campus (PCU) apresentou o Professor

Silvano, Cesar da Costa, destacando sua habilidade para gerir o contingente de mais de 200 pessoas da unidade e o plano de lançar um edital conjunto com a PROAF para a manutenção da universidade. AINTEC - apresentou o Professor Admilton Gonçalves de Oliveira Junior, ressaltando sua inserção no ecossistema de inovação do Paraná e sua experiência em transformar pesquisas em patentes. Biblioteca Central apresentou Laudicena de Fátima Ribeiro, destacando sua experiência prévia na gestão de bibliotecas e seu histórico cuidado com as revistas científicas da instituição. COM – citou o Pedro Livoratti na comunicação e anunciou a contratação de uma assessora externa especializada para otimizar os cerimoniais e eventos oficiais. Órgãos de Controle e Ouvidoria - apresentou Aurélio Pereira (Corregedoria), a Professora Cássia Olak Cruz (Controladoria), Mirelle Buzalaf (Ouvidoria) e Davi Miranda (Compliance). PJU - apresentou Vinícius Melo como responsável interino pela PJU, informando que em outubro um procurador concursado do estado será transferido para a UEL para assumir a função. Auditoria - apresentou Luiz Niro Passos, destacando sua longa experiência na área de auditoria. Gabinete da Reitoria - apresentou o Prof. Denilson de Castro Teixeira (Chefe de Gabinete), Fernanda Flotter (Assessora, enfermeira de carreira vinda do HU) e o Professor Nilson Magagnin (Assessor Político, responsável pela articulação parlamentar e emendas). Anunciou também que o Prof. Edmilson Lenardão passará a integrar o gabinete em outubro, como Assessor. A Reitora detalhou que a escolha para os órgãos de comunicação (Rádio e TV) recaiu sobre dois professores do curso de Jornalismo, com o objetivo estratégico de fomentar o envolvimento de alunos em projetos de pesquisa e extensão nessas unidades. Citou ainda os nomes de Rosane Lunardelli (SAUEL), Cláudio Pereira (Gráfica), Rosane Freitas Martins (Editora), Eliacir Neves França (Colégio de Aplicação) e Rafael Deminice (ARI). Sobre o Museu Histórico, explicou que a escolha do Prof. Marco Soares (segundo nome da lista do departamento) visou "oxigenar as ideias" e já resultou na aprovação de editais de fomento que somam mais de 8 milhões de reais. No Museu de Ciência e Tecnologia, informou que a servidora Samira Prioli assume interinamente até a chegada do Prof. Alan Felinto em outubro. A Profª Andréa destacou a criação de duas novas áreas como pilares de seu planejamento: 1) Coordenadoria de Sustentabilidade: Liderada pela Profª Ana Paula Vidoto, responsável por formalizar o plano de sustentabilidade da universidade. 2) Coordenadoria de Direitos Humanos, Diversidade e Políticas Afirmativas: Liderada pela Professora Paula Marques, com a missão de transformar o antigo comitê em uma coordenadoria estruturada que

abarque núcleos correlatos. **I ORDEM DO DIA. 1) Discussão e votação da ata da reunião 1609 de 03 de junho de 2026**. Aprovada sem emendas com 2 (duas) abstenções. **2) Processo 25.946.339-4 - deliberar acerca do contrato e previsão de despesas e receitas, relacionadas à prestação de serviços de elaboração, impressão e preparação de provas, a serem aplicadas no concurso público de Agente Universitário Profissional, na função de Analista de Gestão Universitária da UNICENTRO (Relator: Prof. Dr. Celso Luiz Junior)** O Prof. Celso esclareceu que, embora estivesse apresentando o ponto como representante da COPS, a demanda não foi gerada em sua gestão, mas sim na da Profª Sandra Garcia, a quem agradeceu publicamente pela transição tranquila e pelo repasse antecipado dos processos para estudo. Ressaltou que a Unicentro tem sido, historicamente, uma "cliente" da COPS para a realização de vestibulares e concursos para contratação de funcionários e professores. Relatou que o certame em questão visa a contratação de agentes universitários de nível superior para a função de analista de gestão universitária da Unicentro. Esclareceu que cabe à COPS a elaboração das questões, preparação de todo o material, impressão das provas e o despacho para a cidade de Guarapuava. Enfatizou que não cabe à COPS a aplicação nem a correção das provas neste caso específico. Informou que houve uma dispensa de licitação fundamentada em uma concorrência informal onde participaram também a UFB e a UFBA (Federal da Bahia). O preço apresentado pela COPS foi o mais vantajoso, fixado em R$ 35,00 por candidato. Com uma estimativa de 1.000 candidatos, o valor total do contrato gira em torno de R$ 35.140,00. Informou que o processo já conta com parecer positivo da Procuradoria Jurídica e ressaltou ainda que a elaboração do material pedagógico já está em fase avançada, dada a urgência dos prazos, que muitas vezes superam o tempo administrativo. Colocado em regime de votação, o contrato e previsão de despesas e receitas, relacionadas à prestação de serviços de elaboração, impressão e preparação de provas, a serem aplicadas no concurso público de Agente Universitário Profissional, na função de Analista de Gestão Universitária da UNICENTRO, foram aprovados por unanimidade. **3) Processo 26.034.144-8 - Ciência do Relatório de Atividades da COPS – Coordenadoria de Processos Seletivos, referente ao ano de 2025 (Relator: Prof. Dr. Celso Luis Junior).** Professor Celso apresentou o relatório de atividades da COPS relativo ao exercício de 2025, destacando que o documento foi elaborado e encaminhado pela gestão anterior, sob responsabilidade da Professora Sandra Garcia. Ressaltou que o relatório aponta a realização de 20 certames

(concursos e processos seletivos) ao longo do ano de 2025. Comparou esse dado com o período de auge da COPS, no qual chegavam a ser realizados 24 certames anuais, indicando que o volume de trabalho permanece elevado. Chamou a atenção para a significativa redução do quadro de pessoal da unidade. Segundo o relator, a equipe que historicamente contava com 30 pessoas opera atualmente com apenas 15 funcionários. Informou que, durante o ano de 2025, aproximadamente 40.000 candidatos participaram dos concursos e processos seletivos organizados pela COPS. Classificou o relatório como consistente e expressivo, demonstrando de forma clara o grande volume de trabalho realizado pela equipe, apesar das limitações de pessoal Colocado em regime de votação, o Relatório de Atividades da COPS – Coordenadoria de Processos Seletivos, referente ao ano de 2025, foi aprovado por unanimidade. Prof. Celso solicitou a inclusão de um processo urgente na pauta, referente a uma minuta de convênio entre a UEL e o Departamento Penitenciário (DEPPEN) para o vestibular de pessoas privadas de liberdade. Explicou que o processo chegou recentemente e visa manter a oferta de 407 vagas com isenção de taxa, as mesmas do ano anterior. Ressaltou a necessidade de celeridade, pois as inscrições do vestibular começam em 1º de julho, e sugeriu uma aprovação *ad referendum* ou a convocação de um CA extraordinário. Profª Carrie Galvan manifestou-se contrária à aprovação imediata ou *ad referendum*, solicitando a realização de uma reunião extraordinária. Argumentou que o tema foi amplamente debatido em ocasiões anteriores e que o conselho precisa analisar o processo com mais calma. Prof. Fernando Mangili acompanhou o posicionamento da Profª Carrie, lembrando que em discussões passadas o conselho solicitou dados sobre a efetividade da política, especificamente sobre quantos desses ingressantes efetivamente permanecem na instituição. Questionou o impacto da aprovação no vestibular para a remissão de pena (redução de 100 dias), sugerindo que alguns candidatos podem não ter interesse real em cursar a graduação. Defendeu ainda que o Poder Judiciário deveria custear esses valores, em vez de a universidade renunciar à receita em um cenário de restrição orçamentária. Prof. Celso esclareceu que o processo atual não contempla detalhamentos sobre matrícula e conclusão, pois esses dados dependem da PROGRAD e do SEBEC. Mencionou a dificuldade técnica de levantar tais informações em uma semana, inclusive por questões de sigilo de dados dos apenados, mas concordou que o mapeamento estatístico é essencial para avaliar a eficácia da política.
Prof. Amauri Alfieri confirmou ter lido o processo na Proplan e reiterou que o documento atual contém apenas números brutos de vagas, sem

os detalhamentos solicitados pelos conselheiros. Observou que esta é uma demanda antiga (desde 2018) para entender como melhorar o acesso e a permanência desses alunos. Profª Andréa reforçou que a gestão deseja dados qualificados e solicitou que o Prof. Celso elabore, para a próxima semana, uma tabela comparativa dos últimos 4 anos. A tabela deve incluir: vagas ofertadas, quantitativo de isenções concedidas, número de inscritos, aprovados e matriculados. O objetivo é subsidiar um estudo sobre como o SEBEC e a Reitoria podem intervir para melhorar a permanência desses estudantes. Prof. João Zequi declarou-se favorável à inclusão e à universidade pública como agente de acolhimento. Sobre o financiamento pelo Judiciário, explicou que discussões anteriores indicaram a impossibilidade jurídica de transferência de recursos entre órgãos do mesmo estado ("Estado para Estado"). Concordou com a necessidade de uma discussão mais pormenorizada, dado que há tempo hábil antes do início das inscrições. Profª Denise Fank informou que já existe uma comissão na universidade que acompanha esses estudantes e que acionaria os membros para subsidiar o Professor Celso com os elementos necessários para a discussão. Profª Andréa propôs que a comissão e o SEBEC preparem uma apresentação futura com dados consolidados. Instruiu todos os Pró-Reitores a garantirem que os processos cheguem ao CA com o máximo de dados possíveis para que as decisões sejam mais qualificadas e baseadas em evidências. Prof. Orlando Fogaça acrescentou informações sobre a questão jurídica da remissão de pena, confirmando que ela existe e pode ser solicitada via advogado após a aprovação, independentemente de o candidato ser chamado para matrícula ou não. Expressou sua posição pessoal contrária à forma como a inclusão tem sido feita. Prof. Miguel Piccirillo recomendou à equipe que os dados estatísticos sejam apresentados de forma numérica e agregada, sem nunca expor nomes de estudantes, em estrito cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Profª Andréa questionou a Profª Denise sobre relatos de que alguns apenados aprovados são impedidos por juízes de frequentar as aulas devido à natureza de seus crimes e a profª Denise confirmou que essa situação é real e que a liberação depende da pena, do motivo do cumprimento e de outros elementos jurídicos que fogem ao controle da universidade. Após essas considerações, a Reitora Andréa encerrou a discussão do tema e agendou uma reunião extraordinária do Conselho de Administração, para o dia 24 de junho de 2026, às 14h30, para discutir este assunto. **4) Processo 25.926.819-2 - PRORH/CLCH - deliberar acerca do pedido de 01 vaga de PSS docente (20h), para o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. (Relatora: Profª.**

Dra. Vera Suguihiro). Profª Vera relatou tratar-se de um pedido da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), assinado pelo Professor Aldo Bona, para a liberação da Profª Viviane Bagio Furtoso. O objetivo é que ela desenvolva políticas públicas de internacionalização para as instituições de ensino superior do Paraná. Explicou que, embora o departamento e o centro tenham concordado com a liberação, condicionaram-na à contratação de um docente PSS de 20 horas. Contudo, a PRORH identificou que as 2000 horas administrativas da universidade já estão totalmente distribuídas. Observou que uma informação anterior no processo sobre a existência de 80 horas livres estava equivocada, pois essas horas já estão destinadas a demandas do Colégio de Aplicação, AINTEC e NAC. Profª Andréa complementou o relato explicando que a gestão recebeu planilhas detalhando o uso total da carga horária administrativa ainda em abril. Reforçou que a Resolução 059/2024 confirma a distribuição total dessas horas. Como solução, Profª Andréa propôs não utilizar as 2000 horas administrativas "oficiais", mas sim realizar um remanejamento interno de cargas horárias desocupadas da própria gestão (horas remanescentes de cargos da Reitoria e de diretores que mudaram de função na transição). A proposta é garantir as 20 horas para o LEM até 31 de dezembro de 2026, visando manter a ponte estratégica com o Estado na área de internacionalização. Prof. João Zequi parabenizou a Profª Viviane pelo convite e destacou a competência técnica da docente. Defendeu o uso da carga horária administrativa conforme proposto pela Reitora, observando que o gerenciamento de horas é dinâmico e permite tais rearranjos em função de aposentadorias e liberações que ocorrem continuamente. Profª Laura Brandini expressou a importância institucional de ter uma representante da UEL na SETI, alguém que conheça profundamente as necessidades específicas da universidade na elaboração de políticas estaduais. Informou que, como Diretora do CLCH, tentou buscar empréstimos de horas entre os departamentos do centro, mas todos se encontram em situação de carência, impossibilitando uma solução interna sem o apoio da administração central. Profª Carrie Galvan manifestou seu apoio ao esforço da gestão em viabilizar a vaga. Questionou se o despacho vinculando a liberação até o fim do ano seria apenas uma formalidade inicial e se haveria segurança para a permanência da professora caso o convite da SETI fosse estendido. Relembrou discussões anteriores sobre as cerca de 2000 horas desocupadas na universidade e relatou a dificuldade específica do seu centro (CCS) em preencher vagas de médicos de 40 horas devido ao baixo teto salarial. Informou que o CCS tem feito articulações internas

entre departamentos para não deixar áreas desassistidas e colocou-se favorável à proposta da Reitoria, mencionando que a transição de cargos no próprio CCS também geraria horas que poderiam ser aproveitadas nesse "mecanismo de gestão". Prof. Edmilson Lenardão recordou que o CECA também possui demandas de carga horária represadas (três contratos de 20 horas) e solicitou que essas transições temporárias sejam tratadas de forma institucional e transparente pela PRORH. Agradeceu o apoio pontual recebido dos professores Orlando Fogaça e Carrie Galvan em situações anteriores do centro. Profª Andréa sugeriu que o conselho receba periodicamente informações sobre a carga horária "flutuante" (decorrente de falecimentos, aposentadorias ou falta de cadastro de reserva) para que a gestão possa intervir e remanejar vagas de forma a atender carências emergenciais dos centros. Prof. Orlando Fogaça parabenizou a Profª Viviane pelo mérito e ressaltou que o convite da SETI é um reflexo do trabalho bem realizado na instituição. Professora Andréa orientou o Prof. Leonardão a formalizar sua demanda por carga horária via e-protocolo, citando a discussão em conselho, para que a gestão tente viabilizar a manutenção de contratos por um período de um ano, o que é tecnicamente melhor para a universidade e para os docentes. Profª Carrie sugeriu a estratégia de "desvinculação de vaga": quando um contrato está para expirar, mas o docente pode cumprir mais tempo, desvincula-se a vaga atual e vincula-se o docente a uma vaga que tenha acabado de ficar ociosa, garantindo a continuidade do trabalho acadêmico. Profª Vera confirmou que a PRORH possui o mapeamento dessas vagas e comprometeu-se a atualizar os dados e compartilhá-los com as direções de centro para que haja um alinhamento real entre o que consta no sistema e o que os departamentos efetivamente precisam. Prof. Fernando Mangili enfatizou a competência da Profª Viviane em recepções internacionais no CTU e afirmou que a universidade a libera "para que ela não esqueça de nós" e continue sendo um canal de apoio institucional na SETI. Prof. Waldiceu Verri manifestou-se favorável à liberação estratégica da docente, dada a importância da internacionalização para a pós-graduação e pesquisa. Não havendo mais manifestações, foi colocado em regime de votação e aprovado por unanimidade o pedido de contratação de 01 vaga de PSS docente (20h), para o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. ProfªViviane agradeceu a Reitoria, a PRORH e aos conselheiros. Relatou que, após 24 anos como docente na UEL, vê o convite como um desafio para aplicar sua pesquisa em uma esfera estadual. Esclareceu que a tentativa anterior de inclusão do processo como extra-pauta foi uma questão administrativa legítima da gestão

anterior e que entende a necessidade de organização institucional da nova equipe. Concluiu colocando-se à disposição de todos os centros para ser uma ponte ativa junto à Secretaria. **5) Processo 24.592.807-6 - PROGRAD - deliberar acerca da Proposta de Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Artes Visuais (Relatora: Profª Dra. Marci Batistão).** Profª Marci informou que o pedido de reformulação seguiu o rito necessário, passando pela divisão técnica da PROGRAD para ajustes. A motivação principal foi a necessidade de adequação à legislação nacional (Resolução 4/2024 sobre formação de professores) e o desejo do colegiado de tornar o curso mais atrativo, reduzindo sua duração de quatro anos e meio para quatro anos. Explicou que o curso também mudará seu sistema acadêmico de "série" para "matrícula por atividade acadêmica", propondo uma estrutura mais flexível e interdisciplinar. Profª Andréa questionou especificamente quais seriam os impactos da reformulação na carga horária total e no tempo de integralização. Profª Marci Confirmou a redução de quatro anos e meio para quatro anos, justificando que o meio semestre extra frequentemente prejudicava os alunos em processos seletivos e concursos. Após ajustes, a carga horária total do curso foi fixada em 2.300 horas. Profª Andréa indagou se o número de vagas de ingresso permaneceria o mesmo e a Profª Marci confirmou que o número de vagas não sofreu alteração. Prof.Edmilson Lenardão manifestou preocupação com a lógica da Lei Geral das Universidades (LGU), argumentando que, embora a redução do tempo seja pedagogicamente positiva para evitar o "meio semestre" problemático, a LGU pode interpretar isso como uma redução de carga que resulte em perda de vagas docentes. Profª Marci esclareceu que o curso mantém as 40 vagas anuais, mas o total de alunos matriculados simultaneamente cai de 180 para 160. A análise da PROPLAN estima um impacto de redução de uma vaga docente e uma vaga de agente universitário, mas ressaltou que, no conjunto das reformulações institucionais, esse impacto pode ser absorvido sem perdas reais para o centro. Prof. Silvano Costa relembrou que falhas em gestões passadas, que não enviaram reformulações de curso à SETI (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), prejudicaram o quadro de vagas da universidade. Sugeriu cautela: se a reformulação aumentar vagas, deve ser enviada com urgência; se diminuir, deve-se aguardar o final do ano enquanto se trabalha o remanejamento interno para não perder postos de trabalho. Aproveitou para pedir agilidade na tramitação do curso de Estatística, que não demanda novas contratações. Profª Andréa informou que terá agenda na SETI na próxima semana para tratar dos cursos que demandam vagas e

verificará a situação do curso de Estatística. Profª Carrie alertou que a perda de um docente, baseada apenas na métrica da LGU, pode inviabilizar atividades acadêmicas essenciais que o curso já oferece. Sugeriu que futuros colegiados avaliem aumentar o número de vagas de ingresso (ex: de 40 para 45) para equilibrar o coeficiente da LGU e evitar perdas de pessoal. Profª Andréa reafirmou que o CA decidiu em reunião anterior que as vagas serão tratadas com base em dados atuais e reformulações reais, superando planilhas antigas e defasadas. Prof. Caldarelli apontou distorções históricas nas planilhas de 2019 e 2022. Explicou que a conta de vagas por departamento é complexa, pois envolve o que o departamento oferta e o que ele recebe de outros cursos, sugerindo uma discussão profunda sobre a atualização dessas métricas na LGU. Prof. Carlos Hirata fez uma crítica contundente à internalização de políticas nacionais "estruturantes" (como os 10% de extensão) sem o devido repasse de recursos financeiros e humanos pelo governo. Relatou que a Geografia teve que subtrair conteúdos fundamentais em reformulações recentes por falta de condições, gerando ambientes de trabalho "tóxicos". Prof. Silvano questionou qual seria o déficit real de docentes da UEL hoje se todas as reformulações fossem contabilizadas pela SETI, visando preparar a universidade para a "briga de força interna" que a LGU provoca entre os centros. Profª Andréa estimou que a universidade precisaria de cerca de 50 novas vagas para cobrir as reformulações e novos cursos (como Farmácia e Geologia). Mencionou que usará a estratégia de novos decretos estaduais para cobrar vagas específicas de cursos como Nutrição e Biotecnologia, que hoje operam com quadros críticos. Profª Carrie reforçou a situação dramática do curso de Nutrição, que possui alta demanda, mas conta com apenas um professor efetivo na área específica, exigindo um esforço imenso do centro para ser mantido. Profª Andréa instruiu que todas as mudanças sejam registradas para documentar a necessidade perante o governo, mesmo que a resposta inicial seja negativa. Profª Patrícia Pereira defendeu que a carga horária de extensão deve ser contabilizada como carga didática docente, pois exige acompanhamento e responsabilidade direta. Profª Andréa concordou, sugerindo que a extensão seja usada como justificativa técnica para alterar a relação de número de alunos por docente nas negociações com o Estado. Colocada em regime de votação, a proposta de reformulação do curso de Artes Visuais foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Ver Resolução CEPE/CA Nº 037/2026. Professora Marci finalizou contextualizando que as licenciaturas enfrentam um cenário caótico de mudanças externas constantes (2015, 2019 e 2024). Informou que a Resolução 4/2024 já

está em consulta pública para nova alteração, o que coloca os cursos em risco de reformulações sucessivas. Comprometeu-se a buscar uma agenda com o Conselho Estadual de Educação para garantir "proteção administrativa" aos cursos da UEL e evitar que fiquem vulneráveis a cada mudança de diretriz nacional. **6) Processo 26.003.897-4 - AINTEC - deliberar acerca do Protocolo de Intenções que entre si celebram a UEL e o Colégio Sigma Ltda (Relator: Admilton Gonçalves de Oliveira Júnior) (Pedido de vista - Prof. Edmilson Lenardão**). Marina Menezes explicou que o protocolo visa formalizar tratativas com o Colégio Sigma, que possui um programa de iniciação científica no contraturno. Como a escola carece de infraestrutura, a ideia inicial seria permitir visitas à AINTEC e aos laboratórios da UEL para suporte a projetos inovadores dos alunos. Ressaltou que o documento é um modelo padrão da Procuradoria Jurídica de 2024, sem estabelecer responsabilidades financeiras ou obrigações imediatas entre as partes. Prof. Edmilson Lenardão, que havia pedido vista do processo na reunião anterior, manifestou sérias dúvidas quanto à aprovação, classificando o protocolo como "extremamente vago". Questionou o fato de as intenções relatadas por Marina (abertura de laboratórios) não estarem expressas no texto do processo. Argumentou que a abertura da infraestrutura da UEL para uma instituição privada deveria ser uma política institucional ampla, e não um acordo pontual com uma escola específica, questionando se qualquer outra instituição poderia demandar o mesmo sem critérios claros. Prof. João Zequi concordou com o caráter genérico do documento e observou que parcerias informais com escolas particulares já ocorrem na universidade. Propôs que a UEL realize um chamamento público para projetos colaborativos de iniciação científica, permitindo que tanto escolas públicas (como o Colégio de Aplicação) quanto privadas participem sob um programa institucional regulamentado, com gerenciamento financeiro e seguros adequados. Profª Andréa considerou a ideia do chamamento público muito válida e informou que trabalharia com o Prof. Admilton (AINTEC) para viabilizá-la. Criticou a falta de documentos que expliquem a motivação inicial do processo no prontuário e estabeleceu que, a partir de agora, toda proposta de convênio deve ser acompanhada por um ofício detalhando a motivação e o contexto da demanda. Profª Laura questionou se já existem outros acordos dessa natureza e manifestou receio com o modelo de "varejo" (acordos individuais com cada escola). Indagou sobre quem seria a equipe responsável por gerenciar tamanha demanda, defendendo que um modelo institucional centralizado seria mais eficiente. Prof. Waldiceu esclareceu que as parcerias atuais de iniciação científica

júnior (IC Júnior) dependem de editais do CNPq e de bolsas limitadas. Informou que há interesse em abrir o programa para mais colégios, mas ressaltou que isso dependeria da adesão voluntária de orientadores e da capacidade real dos laboratórios em absorver alunos muito jovens e inexperientes. Prof. Edmilson reiterou que a política deve ser institucional e não "de balcão". Profª Andréa comprometeu-se a seguir a sugestão de João Zequi e agradeceu a retirada de pauta anterior, que permitiu o amadurecimento da discussão. Prof. Fernando Mangili adiantou seu voto contrário. Argumentou que outros protocolos (como o da Londrina Iluminação) exigem descritivos exaustivos de metas e prazos, o que está ausente neste processo. Sugeriu que a UEL responda ao Sigma informando que, a partir da provocação da escola, a universidade criará um programa amplo de iniciação científica para o município, convidando o Sigma para ser um dos parceiros iniciais futuramente. Prof. Amauri Alfieri recordou que propostas similares de escolas privadas já foram rejeitadas no passado pelo conselho. Alertou que a AINTEC não possui estrutura de pessoal para gerir um projeto dessa magnitude, o que acabaria sobrecarregando a PROPPG. Prof. Waldiceu reforçou as limitações de supervisão didática e a dificuldade de controle de frequência de alunos externos. Prof. Edmilson expressou preocupação com o uso do nome da UEL para fins de marketing privado, imaginando anúncios da escola sobre "parceria exclusiva". Defendeu a rejeição do protocolo para que a discussão institucional seja priorizada. Marina admitiu que a AINTEC realmente não teria braço para o projeto e comprometeu-se a anexar ofícios motivadores em processos futuros. Profª Andréa concluiu que a proposta do Sigma (trazer projetos próprios) difere do interesse da IC Júnior da UEL (inserir alunos em projetos da casa). Diante do debate, recomendou a rejeição do termo atual para que uma política mais adequada seja formulada pela gestão. Colocado em votação, o protocolo de intenções com o Colégio Sigma foi indeferido por unanimidade. **II.INFORMES**. 1) Profª Andréa iniciou a seção de informes abordando a questão do concurso público docente, mencionando que o CEPE aprovou recentemente o regramento para o certame. Questionou a Professora Vera, da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, se a universidade possui condições técnicas para realizar o concurso de imediato. Profª Vera respondeu negativamente, explicando que a ausência de um sistema informatizado adequado inviabiliza a execução do concurso com a necessária economicidade e eficiência. Informou que a equipe realizará uma visita técnica à UEM para conhecer um sistema que já funciona com sucesso naquela instituição. Relatou que

a criação desse sistema na UEL já é uma prioridade da ATI e que o método manual foi descartado por ser excessivamente oneroso e lento. Profª Andréa complementou informando que a ATI assumiu o compromisso de entregar o sistema para PSS e concurso público até dezembro de 2026. Esclareceu que, após a entrega, a PRORH apresentará o cronograma para a publicação do edital. Reforçou que, além das 58 vagas já previstas, novas vagas de aposentadorias que surgirem serão incluídas no edital, respeitando o critério de que a vaga "volta para o centro" de origem. Prof. Edmilson solicitou uma retificação no quantitativo de vagas aprovado pelo conselho, sugerindo a alteração de 58 para 57 vagas. Justificou o pedido mencionando o caso de uma professora, do Departamento de Educação, onde uma vaga teria sido utilizada para uma remoção *ex officio* que não foi devidamente registrada, gerando uma inconsistência no sistema. Prof. João Zequi solicitou a ratificação do prazo de seis meses para a viabilização do sistema. Manifestou preocupação com a situação das vagas em seu próprio centro, descrevendo o cenário como uma "bomba atômica" devido à complexidade da distribuição. ProfªAndréa afirmou que, apesar das dificuldades e da complexidade da previsão de vagas nos centros, o edital precisa ser lançado. Anunciou que na próxima reunião ordinária será estabelecida uma data para que os departamentos e centros entreguem a definição das áreas e os requisitos técnicos do concurso, permitindo a confecção final do edital 2) Profª Andréa relatou sobre a necessidade de estabelecer uma política clara para a contratação de funcionários, enfatizando que a falta de pessoal não deve ser suprida indiscriminadamente pela contratação de assessores externos. Esclareceu que assessores devem ser contratados apenas para funções técnicas específicas não disponíveis nos quadros da universidade. Criticou o fato de assessores estarem realizando funções de secretaria, defendendo que essas vagas sejam cobertas por PSS (Processo Seletivo Simplificado), custeado pelo governo, assim que as vagas surgirem. Solicitou que os diretores façam uma previsão de suas necessidades reais (como técnicos de laboratório para Artes e Música ou assistentes sociais e psicólogos para o SEBEC) para que o RH seja gerido de forma mais "inteligente" e estratégica, focando no crescimento da instituição e não apenas em "tampar buracos" com verbas próprias. Profª Vera informou que a PRORH já está organizando esse levantamento junto com a equipe técnica. Comunicou que, na semana seguinte, será enviada uma mensagem oficial a todos os departamentos e direções de centro solicitando que formalizem suas demandas de pessoal. O objetivo é centralizar as informações para evitar desorganização ou o esquecimento de setores específicos. Profª

Andréa fez uma ressalva importante quanto ao fluxo dessa demanda: os pedidos devem ser feitos obrigatoriamente via Direção de Centro. Justificou que o diretor de centro tem a visão global da unidade e sabe o que é prioritário, evitando que cada chefe de departamento demande isoladamente sem um critério de urgência institucional. Reforçou que os diretores devem utilizar o sistema e-protocolo para encaminhar essas necessidades à PRORH. Prof. Edmilson sugeriu que a universidade incorpore na sua política institucional a articulação com deputados estaduais para tratar do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários). Alertou sobre o problema dos cargos que são extintos ao vagar, como analistas e técnicos de nível médio, o que tem prejudicado centros como o CECA. Defendeu que a universidade deve demandar formalmente a recuperação desses postos de trabalho perante o governo. 3) Professor Mangili relatou que, momentos antes de ingressar na reunião do Conselho, participava de um encontro na FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) sobre o planejamento da industrialização de Londrina, acompanhado pelos professores Admilton Oliveira Junior e André Silvestre. Destacou a excelente reputação do Prof. Admilton perante o meio técnico e industrial, ressaltando que, no início da reunião na FIEP, o professor foi nominalmente citado como a pessoa que fará a ponte estratégica entre a industrialização de Londrina e a academia. Afirmou que a UEL está muito bem representada nesse movimento, que considera uma oportunidade significativa de mudança para a cidade no que tange à geração de riquezas. Em seguida, o Prof. Mangili relembrou sua trajetória como vice-diretor da Professora Eloísa Ramos Ribeiro e reiterou o compromisso do Centro de Tecnologia e Urbanismo com a atual gestão da Reitoria. Enfatizou que o CTU manterá uma postura de apoio, sendo crítico quando necessário, mas sempre apresentando soluções alternativas e respostas propositivas às negativas que venham a ser dadas. Finalizou seu informe colocando formalmente à disposição da Reitoria e da Prefeitura do Campus (PCU) todo o corpo técnico de engenheiros e arquitetos do CTU. O objetivo, segundo o diretor, é garantir que os trabalhos necessários para a administração sejam realizados com o rigor e a qualidade técnica esperados da instituição. 4) Prof. Orlando Fogaça comunicou o recebimento da notícia, na última sexta-feira, de que a CAPES aprovou o pedido de ingresso da universidade em um mestrado profissional de Educação Física em rede. Informou que, para tratar dos detalhes de funcionamento da rede, haverá uma reunião com a Professora Denisa Buquer, vice-coordenadora do mestrado profissional da Unespar. Ressaltou que a documentação necessária para a finalização do

processo de implementação será encaminhada em breve à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG). Profª Andréa parabenizou o centro pela conquista, comentando que a infraestrutura do CEFE precisará ser aprimorada para acompanhar o desenvolvimento dos projetos. 5) Profª Eloísa Ribeiro solicitou aos diretores de centro o preenchimento de uma planilha para identificar todos os aparelhos de ar-condicionado que, embora recebidos, ainda não possuem instalação elétrica. Enfatizou que esse levantamento é crucial para que o setor financeiro possa realizar um planejamento orçamentário e avaliar o impacto real na conta de energia, visto que não havia um controle sistemático dessas instalações. Em seguida, anunciou o início do projeto de georreferenciamento para atualização do cadastro imobiliário da UEL, coordenado pelo Professor André Silvestre (DPPE/CTU). O objetivo é regularizar o perímetro do campus e, posteriormente, a documentação individual de cada centro para fins de averbação dos imóveis. Soraia Martinez esclareceu que um contrato para instalação de aparelhos de ar-condicionado foi finalizado em maio, mas apontou uma falha técnica recorrente: muitos equipamentos foram adquiridos sem análise prévia de capacidade local. Relatou casos em que foram compradas unidades de alta potência (24.000 ou 30.000 BTUs) quando a necessidade real era de múltiplas unidades menores, resultando em aparelhos que estão instalados mecanicamente nas paredes, mas sem ligação elétrica por inadequação da carga disponível no local. 6) Prof. João Zequi informou a aprovação, pela CAPES, da implementação do Mestrado e Doutorado em Bioinformática no CCB. O programa funcionará em rede com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Destacou que o curso representa um avanço estratégico para o centro em uma área de pesquisa de ponta e alta demanda. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Andréa Name Colado Simão _____
Reitora

Miguel Belinati Piccirillo _____
Vice-Reitor

Laura Taddei Brandini _____
Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

João Antônio Cyrino Zequi _____
Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alex Eduardo Gallo _____
Vice- Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Carlos Alberto Hirata _____
Representando o Centro de Ciências Exatas (Decano)

Carlos Eduardo Caldarelli _____
Vice-Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Edmilson Lenardão _____
Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

Patrícia Mendes Pereira _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências Agrárias

José Fernando Mangili Júnior _____
Vice-Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Orlando Mendes Fogaça Junior _____
Diretor do Centro de Educação Física e Esporte

Luiz Alberto Garcia de Freitas _____
Vice- Diretor do Centro de Educação Física e Esporte

Fábio Lopes _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Pedro Mosconi Siqueira _____
Representante discente

Waldiceu Aparecido Verri Junior _____
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Soraia Martinez Silva Carmo _____
Pró-Reitora de Administração e Finanças

Marci Batistão _____
Pró-Reitora de Graduação

Amauri Alcindo Alfieri _____
Pró-Reitor de Planejamento

Vera Lúcia Tieko Suguihiro _____
Pró-Reitora de Recursos Humanos